

SEGUNDA NOTIFICAÇÃO, datada de 4 de janeiro de 2018 (a “Segunda Notificação”)
Relativa aos TERMOS DEFINITIVOS, datados de 5 de dezembro de 2017 (os “Termos
Definitivos”),
E NOTIFICAÇÃO, datada de 28 de dezembro de 2017 (a “Notificação”)

Aos Detentores de:

Notas Subordinadas de Nível 1 a 6,125% no valor de US\$ 1.250.000.000,00, Série nº: 9
Reg S ISIN: US46556MAL63
Norma ISIN 144A: US46556LAL80
(as “Notas”)

Emitidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., atuando por intermédio de sua Agência em Grand Cayman (o “Emitente”), nos termos do Programa Global de Notas com Vencimento em Médio Prazo no valor de US\$ 100.000.000.000,00 do Emitente

UMA NOTIFICAÇÃO É NESTE ATO FORNECIDA aos detentores das Notas no sentido de que, em razão dos fatos descritos na Notificação, o Item 28 dos Termos Definitivos, Informações Operacionais, foi alterado e deve ser lido como:

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS		
28.	(i) ISIN:	<i>Reg S: USP5R6DPAA84</i>
		<i>144A: US46556UAB08</i>
	(ii) CUSIP:	<i>Reg S: P5R6DPAA8</i>
		<i>144A: 46556UAB0</i>
	(iii) Outros:	<i>Não Aplicável</i>

Em vez de:

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS		
28.	(i) ISIN:	<i>Reg S: US46556MAL63</i>
		<i>144A: US46556LAL80</i>
	(ii) CUSIP:	<i>Reg S: 46556MAL6</i>
		<i>144A: 46556LAL8</i>
	(iii) Outros:	<i>Não Aplicável</i>

Todos os outros termos e condições dos Termos Definitivos permanecem inalterados. Para fins de referência, consulte a versão com marcas destacadas dos Termos Definitivos anexada a este instrumento como Anexo I.

Esta Segunda Notificação deve ser lida em conjunto com a Notificação, com os Termos Definitivos e com o Memorando de Oferta de 6 de março de 2017, complementados pela Discussão e Análise Administrativa das Condições Financeiras e Resultados Operacionais após e para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2017, com data de 15 de novembro de 2017.

Por e em nome de Itaú Unibanco Holding S.A.

4 de janeiro de 2018

SEGUNDA NOTIFICAÇÃO, datada de 4 de janeiro de 2018

ANEXO I

Versão com marcas destacadas dos TERMOS DEFINITIVOS, datada de 5 de dezembro de 2017

CONFIDENCIAL

TERMOS DEFINITIVOS

(RELATIVOS AO MEMORANDO DE OFERTA DATADO DE 6 DE MARÇO DE 2017)

O NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO CONTIDO NO ANEXO A (O “NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO”) É PARTE INTEGRANTE DESTES TERMOS DEFINITIVOS. O NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO PREVALECERÁ SOBRE QUAISQUER TERMOS CONSTANTES NESTES TERMOS DEFINITIVOS E SOBRE TODOS OS DEMAIS DOCUMENTOS DA TRANSAÇÃO (INCLUSIVE SOBRE TODOS OS DOCUMENTOS REFERIDOS NESTES TERMOS DEFINITIVOS), PARA FINS DE ESCLARECIMENTO O ITEM 5 DO NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO CONSTITUI UM RESUMO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DESTA SÉRIE DE NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1.

RESTRIÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO E VENDAS PARA PEQUENOS INVESTIDORES

– As Notas Subordinadas de Nível 1 são instrumentos financeiros complexos e não são um investimento adequado para todos os investidores. Em algumas jurisdições, as autoridades regulatórias adotam ou publicam leis, regulamentos ou parâmetros com relação à oferta ou venda de títulos como Notas Subordinadas de Nível 1 a pequenos investidores. Em especial, em junho de 2015, a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido publicou o Instrumento de Intervenção em Produto [*Product Intervention Instrument*] (Instrumentos Conversíveis Contingentes e Ações de Sociedade Mútua) de 2015, que se tornou vigente em 1º de outubro de 2015 (o “**Instrumento PI**”). Nos termos das normas estabelecidas no Instrumento PI (conforme alteradas ou substituídas de tempos em tempos, as “**Normas PI**”); (i) determinados títulos ou conversíveis ou depreciados (incluindo qualquer direito real), como as Notas Subordinadas de Nível 1, não devem ser vendidos a clientes de varejo no EEE [Espaço Econômico Europeu]; e (ii) não deve existir nenhuma comunicação ou aprovação de um convite ou indução à participação na aquisição ou subscrição de tais títulos (ou direito real em tais títulos), quando tal convite ou indução seja dirigido a um cliente de varejo do EEE, ou disseminado de tal forma que um cliente de varejo do EEE possa recebê-lo (em cada caso, de acordo com as Normas PI), salvo de acordo com as exceções limitadas previstas nas Normas PI.

Os Administradores estão sujeitos a, e devem cumprir, as Normas PI, ou, caso não estejam sujeitos às Normas PI, deverão obedecê-las como se estivessem sujeitos a elas. Ao comprar, ou fazer ou aceitar uma oferta de compra, de Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas) do Emitente, você declara, garante, concorda e se compromete com o Emitente e cada um dos Administradores que:

- (a) não é um cliente de varejo do EEE (conforme definido nas Normas PI);

(b) estando ou não sujeito às Normas PI, (a) não venderá ou ofertará as Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas) a clientes de varejo do EEE ou (b) não comunicará (incluindo a distribuição desses Termos Definitivos) ou aprovará um convite ou indução à participação na aquisição ou subscrição das Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas) quando tal convite ou indução seja dirigido a um cliente de varejo do EEE, ou disseminado de tal forma que um cliente de varejo do EEE possa recebê-lo (em cada caso, de acordo com as Normas PI), em qualquer caso salvo (i) com relação a qualquer venda ou oferta de venda de Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas) a um cliente de varejo do, ou residente no, Reino Unido, em circunstâncias que não resultem e não poderão resultar em contravenção das Normas PI por qualquer pessoa e/ou (ii) com relação a qualquer venda ou oferta de venda de Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas) a um cliente de varejo em qualquer Estado-Membro do EEE que não o Reino Unido, quando (x) você conduziu uma avaliação e concluiu que o referido cliente de varejo entende os riscos de um investimento em Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas) e é capaz de arcar com as possíveis perdas envolvidas em um investimento em Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas) e (y) em todos os momentos você agiu, em relação à referida venda ou oferta, em conformidade com a Diretiva relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros [*Markets in Financial Instruments Directive*] (2004/39/EC), conforme alterada de tempos em tempos (“**MiFID**”) na extensão aplicável a você, ou na extensão em que a MiFID não se aplique a você, de modo que estaria em conformidade com a MiFID caso se aplicasse a você; e

(c) você estará, em todos os momentos, em conformidade com todas as leis, regulamentos e parâmetros regulatórios aplicáveis (dentro ou fora do EEE) relacionados a promoção, oferta, distribuição e/ou venda das Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas), incluindo (entre outros) as leis, regulamentos e parâmetros regulatórios relacionados à determinação de adequação e/ou conveniência de um investimento nas Notas Subordinadas de Nível 1 (ou direito real em tais notas) por investidores em qualquer jurisdição relevante.

Quando um agente estiver atuando em nome de um cliente, revelado ou não, na compra, ou oferta ou aceitação de uma oferta de compra, de qualquer Nota Subordinada de Nível 1 (ou direito real em tal nota) do Emitente, as declarações, garantias, concordâncias e compromissos mencionados serão prestados por, e vinculantes ao agente e ao seu cliente subjacente.

Para fins de esclarecimento, as restrições descritas acima não afetam a distribuição das Notas Subordinadas de Nível 1 em jurisdições fora do EEE, como os Estados Unidos, estabelecido que qualquer distribuição no EEE esteja em conformidade com as Normas PI.

PROIBIÇÃO DA VENDA A PEQUENOS INVESTIDORES DO EEE – As Notas Subordinadas de Nível 1 não se destinam, a partir de 1º de janeiro de 2018, a oferta, venda ou disponibilização de outra forma e, em vigor a partir dessa data, não devem ser oferecidas, vendidas ou disponibilizadas de outra forma a qualquer pequeno investidor no Espaço Econômico Europeu (“**EEE**”). Para esses fins, um pequeno investidor significa uma pessoa que seja um (ou mais): (i) cliente de varejo, conforme definido no item (11) do Artigo 4(1) da Diretiva 2014/65/EU, conforme alterado de tempos em tempos (“**MiFID II**”); (ii) consumidor na acepção da Diretiva 2002/92/EC (“**IMD**”), em que tal consumidor não se qualificaria como um cliente profissional conforme definido no item (10) do Artigo 4(1) da MiFID II; ou (iii) investidor não qualificado conforme definido na Diretiva 2003/71/EC (e alterações, o “**Prospecto Diretor**”). Consequentemente, nenhum documento com informações chave exigido pelo Regulamento (EU) nº 1286/2014 (o “**Regulamento PRIIPs**”) para oferta ou venda de Notas Subordinadas de Nível 1 ou sua disponibilização de outra forma a

pequenos investidores no EEE foi elaborado e, portanto, a oferta ou venda de Notas Subordinadas de Nível 1 ou sua disponibilização de outra forma a qualquer pequeno investidor no EEE será ilegal nos termos do Regulamento PRIIPs.

Termos Definitivos datados de 5 de dezembro de 2017

Itaú Unibanco Holding S.A.

**(sociedade constituída nos termos das leis da República Federativa do Brasil,
por intermédio de sua Agência em Grand Cayman)**

**Programa Global de Notas com Vencimento em Médio Prazo no valor de US\$
100.000.000.000,00
Série Nº: 9**

Notas Subordinadas de Nível 1 a 6,125%, no valor de US\$ 1.250.000.000,00

**Preço de Emissão: 100,000% mais juros acumulados, se houver, a partir de 12 de dezembro de
2017**

BB Securities

**BofA Merrill
Lynch**

Itaú BBA

J.P. Morgan

**Standard
Chartered
Bank**

Este documento constitui os Termos Definitivos relativos à emissão das Notas Subordinadas de Nível 1, de US\$ 1.250.000.000,00 a 6,125% (as “**Notas Subordinadas de Nível 1**”) aqui descritos, sendo o Núcleo de Subordinação contido no Anexo A parte integrante e inseparável destes Termos Definitivos. As condições de subordinação contidas no Núcleo de Subordinação prevalecem sobre estes Termos Definitivos e sobre todos os demais documentos do programa (inclusive sobre todos os documentos referidos nestes Termos Definitivos), ficando esclarecido que o item 5 do Núcleo de Subordinação é um resumo dos termos e condições das Notas Subordinadas de Nível 1.

Os termos aqui utilizados serão considerados definidos como tal para os fins dos Termos e Condições para as Notas Subordinadas de Nível 1 (as “**Condições**”) estabelecidos no Memorando de Oferta datado de 6 de março de 2017, e complementados pela Discussão de Análise Administrativa das Condições e Resultados Operacionais até e para o período encerrado em 30 de setembro de 2017, datada de 15 de novembro de 2017 (em conjunto, o “**Memorando de Oferta**”). Estes Termos Definitivos contêm os termos definitivos para as Notas Subordinadas de Nível 1 e deverão ser lidos em conjunto com o referido Memorando de Oferta.

AS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 NÃO FORAM E NEM SERÃO REGISTRADAS NOS TERMOS DA U.S. SECURITIES ACT, DE 1933, E ALTERAÇÕES POSTERIORES (A “SECURITIES ACT”) NEM SOB OS TERMOS DA LEGISLAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE QUALQUER ESTADO OU OUTRA JURISDIÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. SUJEITO A DETERMINADAS EXCEÇÕES, AS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 NÃO PODERÃO SER OFERECIDAS, VENDIDAS OU ENTREGUES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, OU PARA OU POR CONTA OU EM BENEFÍCIO DE QUAISQUER PESSOAS ESTADUNIDENSES (CONFORME DEFINIDOS NA NORMA S DA SECURITIES ACT). ESTES TERMOS DEFINITIVOS

FORAM PREPARADOS PELO EMITENTE PARA USO EM FUNÇÃO DA OFERTA E VENDA DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 FORA DOS ESTADOS UNIDOS PARA PESSOAS QUE NÃO SEJAM ESTADUNIDENSES EM FUNÇÃO DA NORMA S E DENTRO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA A “COMPRADORES INSTITUCIONAIS QUALIFICADOS” COM BASE NA NORMA 144A NOS TERMOS DA SECURITIES ACT (“NORMA 144A”) E PARA COTAÇÃO DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 NO MERCADO EURO MTF DA BOLSA DE LUXEMBURGO. AS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 ESTÃO SUJEITAS A RESTRIÇÕES SOBRE SUA TRANSFERÊNCIA E REVENDA E NÃO PODERÃO SER TRANSFERIDOS OU REVENDIDOS SALVO CONFORME FACULTADO NOS TERMOS DA SECURITIES ACT, CONFORME REGISTRADO OU EXCETUADO NOS TERMOS DA REFERIDA LEGISLAÇÃO. FICAM OS COMPRADORES POTENCIAIS DESDE JÁ NOTIFICADOS QUE OS VENDEDORES DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 PODERÃO RECORRER À EXCEÇÃO EM RELAÇÃO AOS DISPOSITIVOS DA SEÇÃO 5 DA SECURITIES ACT, CONFORME PREVISTO PELA NORMA 144A. NA QUALIDADE DE COMPRADOR EM POTENCIAL, VOCÊ DEVE ESTAR CIENTE DE QUE PODE SER EXIGIDO QUE ARQUE COM OS RISCOS FINANCEIROS DESTE INVESTIMENTO POR UM PRAZO INDETERMINADO. PARA UM DETALHAMENTO DESTAS E ALGUMAS OUTRAS RESTRIÇÕES SOBRE OFERTAS E VENDAS DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 E SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DESTES TERMOS DEFINITIVOS E DO MEMORANDO DE OFERTA, CONSULTE OS ITENS “SUBSCRIÇÃO E VENDA” E “RESTRIÇÕES À TRANSFERÊNCIA” CONTIDOS NO MEMORANDO DE OFERTA.

MEDIANTE A COMPRA E POSSE DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 (OU DE QUALQUER PARTICIPAÇÃO NESSAS NOTAS), O COMPRADOR OU DETENTOR SERÁ CONSIDERADO COMO TENDO DECLARADO E ACORDADO QUE (A) NÃO CONSTITUI E, ENQUANTO FOR DETENTOR DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 (OU DE QUALQUER PARTICIPAÇÃO NESSAS NOTAS) NÃO SERÁ (I) UM “PLANO DE BENEFÍCIOS DE FUNCIONÁRIOS” CONFORME DEFINIDO NA SEÇÃO 3(3) DA LEI NORTE-AMERICANA DE GARANTIA DE RENDIMENTOS DE APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DE 1974, E ALTERAÇÕES POSTERIORES (“ERISA”), SUJEITO AO TÍTULO I DA ERISA, (II) UM “PLANO”, CONFORME DEFINIDO E SUJEITO À SEÇÃO 4975 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DOS EUA DE 1986, E ALTERAÇÕES POSTERIORES (O “CÓDIGO”), (III) UMA ENTIDADE CUJOS ATIVOS SUBJACENTES INCLUAM OS ATIVOS DE QUALQUER UM DOS REFERIDOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DE FUNCIONÁRIOS SUJEITOS À ERISA OU DE QUALQUER OUTRO PLANO SUJEITO AOS DISPOSITIVOS DA SEÇÃO 4975 DO CÓDIGO, OU (IV) UM PLANO DE BENEFÍCIOS GOVERNAMENTAL OU OUTRO, SUJEITO A QUALQUER LEGISLAÇÃO NORTE-AMERICANA FEDERAL, ESTADUAL OU LOCAL, OU A QUALQUER LEGISLAÇÃO EXTERNA AOS EUA QUE SEJA FUNDAMENTALMENTE SIMILAR AOS DISPOSITIVOS DA SEÇÃO 406 DA ERISA OU DA SEÇÃO 4975 DO CÓDIGO, OU (B) SUA COMPRA E POSSE DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 NÃO RESULTARÁ EM UMA TRANSAÇÃO PROIBIDA NOS TERMOS DA SEÇÃO 406 DA ERISA OU DA SEÇÃO 4975 DO CÓDIGO (OU, NO CASO DE TAL PLANO DE BENEFÍCIOS DE FUNCIONÁRIOS GOVERNAMENTAL OU OUTRO, NOS TERMOS DE QUALQUER OUTRA LEI NORTE-AMERICANA FUNDAMENTALMENTE SIMILAR, SEJA FEDERAL, ESTADUAL OU LOCAL, OU LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA) PARA O QUAL A LEGISLAÇÃO NÃO PREVEJA EXCEÇÃO. ALÉM DISSO, CADA COMPRADOR OU DETENTOR QUE SEJA UM PLANO SERÁ CONSIDERADO COMO TENDO

DECLARADO E ACORDADO QUE É REPRESENTADO POR UM FIDUCIÁRIO (QUE PODERÁ NÃO SER UM DETENTOR, BENEFICIÁRIO OU PARENTE DO BENEFICIÁRIO/DETENTOR DO IRA (COMO CÔNJUGE, ASCENDENTE OU DESCENDENTE DIRETOS, IRMÃO, IRMÃ OU CÔNJUGE DE IRMÃO OU IRMÃ) CASO O PLANO SEJA UM IRA) INDEPENDENTE DO EMITENTE, DOS ADMINISTRADORES E DOS DISTRIBUIDORES E (I) CAPAZ DE AVALIAR RISCOS DE INVESTIMENTOS DE MANEIRA INDEPENDENTE, NO GERAL E COM RELAÇÃO AOS POTENCIAIS INVESTIMENTOS NAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1, (II) EXERCE JULGAMENTO INDEPENDENTE AO AVALIAR O INVESTIMENTO OU NÃO DOS ATIVOS DO REFERIDO PLANO NAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1, (III) É UM BANCO, CORRETOR DE SEGUROS, CONSULTOR FINANCEIRO REGISTRADO, CORRETOR/DISTRIBUIDOR REGISTRADO OU FIDUCIÁRIO INDEPENDENTE COM AO MENOS US\$ 50 MILHÕES DE BENS SOB SUA ADMINISTRAÇÃO OU CONTROLE, (IV) NÃO ESTÁ PAGANDO HONORÁRIOS OU OUTRA REMUNERAÇÃO A QUALQUER PARTE DA TRANSAÇÃO, DIRETAMENTE PELA PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS RELACIONADA À COMPRA, À DETENÇÃO OU À ALIENAÇÃO DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 E (V) ENTENDE E RECONHECE QUE (A) OS EMITENTES, ADMINISTRADORES OU DISTRIBUIDORES FORNECEM, OU SE COMPROMETEM A FORNECER CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS IMPARCIAL, OU FORNECER CONSULTORIA NA QUALIDADE DE FIDUCIÁRIO, EM RELAÇÃO À COMPRA, À DETENÇÃO OU À ALIENAÇÃO DAS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1, E (B) O EMITENTE, OS ADMINISTRADORES E OS DISTRIBUIDORES POSSUEM PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA COMPRA E DETENÇÃO DE NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 DO PLANO, PARTICIPAÇÃO ESTA QUE PODE CONFLITAR COM OS INTERESSES DO PLANO, EM CADA CASO NA ACEPTAÇÃO DA SEÇÃO 2510.3-21(C) DOS REGULAMENTOS PROMULGADOS PELO DEPARTAMENTO DE TRABALHO DOS ESTADOS UNIDOS, CONFORME ALTERADO DE TEMPOS EM TEMPOS.

AS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1 NÃO FORAM APROVADAS NEM DESAPROVADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, NEM PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE QUALQUER ESTADO NORTE-AMERICANO NEM TAMPOUCO POR QUALQUER AUTORIDADE REGULADORA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, E NENHUMA DAS REFERIDAS AUTORIDADES ANALISOU A PRECISÃO OU A ADEQUAÇÃO DOS TERMOS DEFINITIVOS OU DO MEMORANDO DE OFERTA. QUALQUER DECLARAÇÃO EM SENTIDO CONTRÁRIO CONSTITUI UM DELITO PENAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

1. Emitente:	Itaú Unibanco Holding S.A. (por meio de sua Agência em Grand Cayman)
2. (i) Número de Série:	9
(ii) Número da Tranche:	1
3. Moeda ou Moedas Especificadas (Condição 1(d)):	Dólares Norte-Americanos (US\$)
4. Valor Nominal Agregado:	
(i) Série:	US\$ 1.250.000.000,00

(ii) Tranche:	US\$ 1.250.000.000,00
5. (i) Preço de Emissão:	100,000% do Valor Nominal Agregado, mais juros acumulados, se houver, a partir de 12 de dezembro de 2017.
6. Denominações especificadas (Condição 1 (b)):	US\$ 200.000,00 e múltiplos integrais de US\$ 1.000,00 posteriormente
7. (i) Data de Emissão:	12 de dezembro de 2017
(ii) Data de Início da Incidência de Juros:	12 de dezembro de 2017
8. Base de Juros (Condição 5):	Taxa fixa (Condição 5(I))
9. Data de Vencimento:	Valores mobiliários em caráter perpétuo sem data de vencimento fixada.
10. Resgate/Base de Pagamento (Condição 6(a)):	Resgate ao par
11. Opção de Compra (Condição 17(e)(iv)):	Opção do Emitente
12. Status das Notas (Condição 4):	Subordinada
13. Listagem	Foi feita uma solicitação para que as Notas Subordinadas de Nível 1 fossem listadas no mercado de Euros MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo. Espera-se que o primeiro pregão no mercado de Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo seja realizado em 12 de dezembro de 2017.
14. Método de Distribuição:	Sindicalizado
DISPOSITIVOS RELATIVOS AOS JUROS DEVIDOS (SE APLICÁVEL)	
15. Dispositivos das Notas com Taxa Fixa (Condição 5(I)):	Aplicável
(i) Taxa(s) de Juros:	6,125% ao ano devida semestralmente após o vencimento até o quinto aniversário da Data de Emissão. A partir de então, conforme determinado de acordo com o parágrafo (ix) abaixo. A Taxa de Juros na Data de Emissão é a soma (i) da taxa anual correspondente ao rendimento semestral equivalente ao vencimento em 5 anos de Títulos do Tesouro dos EUA, de 2,144% ao ano, (ii) mais o Spread

	de Crédito.
(ii) Data(s) de Pagamento de Juros:	12 de junho e 12 de dezembro, com início em 12 de junho de 2018
(iii) Valor(es) dos Juros Fixos:	US\$ 30,625 por Nota de denominação específica de US\$ 1.000,00 até o quinto aniversário da Data de Emissão. A partir de então, conforme determinado de acordo com o parágrafo (ix) abaixo.
(iv) Valor(es) Quebrado(s):	Não aplicável
(v) Contagem de Fração de dia:	30/360
(vi) Data(s) de Aferição:	Não aplicável
(vii) Convenção de Dia Útil:	Convenção/Próximo Dia Útil
(viii) Centro(s) Financeiro(s):	Nova York e São Paulo
(ix) Outros termos relativos ao método de cálculo de juros para Notas de Taxa Fixa:	Para cada Período de Juros correspondente ao ou após o quinto aniversário da Data de Emissão, a Taxa de Juros será determinada por referência à Recomposição do Índice de Referência mais o Spread de Crédito na Data de Recomposição do Índice de Referência relevante.
(x) Recomposição do Índice de Referência	(i) a taxa anual correspondente ao rendimento semestral equivalente ao vencimento, sob o título que representa a média dos 5 Dias Úteis imediatamente anteriores à Data de Recomposição do Índice de Referência, constante na mais recente divulgação estatística publicada, denominada “H.15(519)” ou em qualquer publicação sucessora publicada semanalmente pela Reserva Federal dos EUA e que estabeleça os rendimentos sobre títulos do Tesouro dos EUA ativamente negociados, ajustado a vencimento constante sob o título “Tesouros com Vencimento Constante”, para títulos do Tesouro dos EUA com vencimento em 5 anos ou (ii) caso tal divulgação (ou divulgação sucessora) não seja publicada na semana que precede a Data de Recomposição do Índice de Referência aplicável ou não contenha os referidos rendimentos, a taxa anual igual ao rendimento semestral equivalente a Títulos do Tesouro dos EUA com vencimento em 5 anos, calculada por um Distribuidor de Referência nomeado pelo Emitente utilizando o Título do Tesouro dos EUA com vencimento em 5 aos (expresso como uma porcentagem de seu valor principal) igual à média de quatro cotações obtidas com Distribuidores de

	<p>Referência para a Data de Recomposição do Índice de Referência aplicável.</p> <p><i>Sendo que:</i></p> <p>“Distribuidores de Referência” significa a J.P. Morgan Securities LLC, a Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated ou seus sucessores e quaisquer dos três distribuidores principais adicionais de títulos do Governos dos EUA na Cidade de Nova York, escolhidos pelo Emitente a seu exclusivo critério, estabelecido, contudo, que se quaisquer dos referidos ou suas afiliadas deixarem de ser distribuidores principais de títulos do Governo dos EUA na Cidade de Nova York (um “Distribuidor Principal do Tesouro”), o Emitente irá substituí-los por outro Distribuidor Principal do Tesouro.</p>
(xi) Spread de Crédito	3,981% ao ano.
(xii) Data de Recomposição do Índice de Referência	A Recomposição do Índice de Referência será calculada no terceiro Dia útil após a Data de Recomposição do Índice de Referência aplicável (a “ Data de Cálculo da Recomposição do Índice de Referência ”) e será recomposta em cada quinto adversário da Data de Emissão.
16. Dispositivos sobre a Taxa de Juros Flutuantes das Notas (Condição 5(II)):	Não aplicável
17. Dispositivos sobre Notas com Juros referenciados em Índices:	Não aplicável
18. Dispositivos aplicáveis a Notas com Duas Moedas:	Não aplicável
DISPOSITIVOS APLICÁVEIS AO RESGATE	
19. Opção de Compra (Condição 17(e)(vi)):	Aplicável
(i) Data(s) de Resgate Opcional(is):	O quinto aniversário da Data de Emissão ou qualquer Data de Pagamento de Juros ocorrendo a partir de então.
(ii) Valor(es) de Resgate Opcional(is) de cada Nota e método, se houver, de cálculo de tais valores:	US\$ 1.000,00 por Nota de Denominação Especificada de US\$ 1.000,00
(iii) Se passível de resgate parcial:	
(a) Valor mínimo nominal a ser resgatado	Não aplicável
(b) Valor máximo nominal a ser resgatado:	Não aplicável

20. Valor de Resgate Antecipado:	
(i) Valor(es) de Resgate Antecipado de cada Nota devido no momento do resgate por motivos tributários (Condição 17(e)(ii)), a ocorrência de um Evento Regulatório de Nível 1 (Condição 17(e)(iii)) ou o método de cálculo (se solicitado ou se diferente daquele estabelecido nas Condições):	US\$ 1.000,00 por Nota de Denominação Especificada de US\$ 1.000,00
(ii) Nível de Retenção Original (Condição 17(e)(ii)):	0%
DISPOSITIVOS GERAIS APLICÁVEIS ÀS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1	
21. Forma das Notas Subordinadas de Nível 1:	Notas Nominativas
(i) DTC Global Notes, European Global Notes ou Notas Definitivas individuais:	DTC Restricted Global Note ou Unrestricted Global Note disponíveis na Data de Emissão
22. Detalhes relativos às Notas Subordinadas Parcialmente Pagas: valor de cada pagamento que compreende o Preço de Emissão e a data em que cada pagamento deverá ser realizado e as consequências (se houver) do não pagamento, incluindo qualquer direito do Emitente de caducar as Notas Subordinadas de Nível 1 e os juros devidos sobre o pagamento em atraso:	Não aplicável
23. Dispositivos de redenominação, redefinição e repactuação (Condição 20):	Não aplicável
24. Outros termos ou condições especiais:	<p>Núcleo de Subordinação anexado a estes Termos Definitivos como Anexo A, que detalha os termos e condições de subordinação, conforme estabelecido na Resolução 4.192.</p> <p>A Condição 17(e)(i) (<i>Recompras</i>) conforme previsto nos “Termos e Condições das Notas Subordinadas de Nível 1” no Memorando de Oferta será alterada e substituída pelo que segue: “Sujeito à aprovação prévia do Banco Central (de acordo com o Artigo 17, IX da Resolução 4.192) ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira relevante (caso esta aprovação seja exigida), o Emitente ou qualquer Afiliada poderá, no ou após o 5º aniversário da emissão das Notas Subordinadas</p>

	de Nível 1, recomprar as Notas Subordinadas de Nível 1 no mercado aberto ou de outra forma, de qualquer maneira e a qualquer preço. O Emitente ou quaisquer de suas Afiliadas poderão, a qualquer momento, recomprar qualquer Nota Subordinada de Nível 1 que não esteja qualificada como Capital Complementar no mercado aberto ou de outra forma, de qualquer maneira e a qualquer preço. Não é necessário que as Notas Subordinadas de Nível 1 sejam canceladas e elas podem ser vendidas novamente, estabelecido que qualquer nova venda dessas Notas seja feita de acordo com todas as leis, regulamentos e parâmetros relevantes. As Notas Subordinadas recompradas desta forma, enquanto detidas por ou em nome do Emitente ou de quaisquer de suas Afiliadas, não darão ao Detentor das Notas o direito a voto em assembleias de Detentores de Notas e não serão consideradas em circulação para fins de cálculo de quórum em assembleias de Detentores de Notas.”
DISTRIBUIÇÃO	
25. (i) Se sindicalizado, nome dos Administradores:	BB Securities Ltd. Itaú BBA International plc J.P. Morgan Securities LLC Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated Standard Chartered Bank
(ii) Administrador de Estabilização (se houver):	J.P. Morgan Securities LLC
26. Se não sindicalizado, nome do(s) Distribuidor(es)	Não aplicável
27. Restrições adicionais à venda:	Não aplicável
INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	
28. (i) ISIN:	Reg S: US46556MAL63 USP5R6DPAA84 144A: US46556LAL80 US46556UAB08
(ii) CUSIP:	Reg S: 46556MAL6P 5R6DPAA8 144A: 46556LAL84 6556UAB0
(iii) Outras:	Não aplicável
29. [Reservado]	

30. Outro(s) sistema(s) de liquidação que não Euroclear, Clearstream, Luxemburgo e DTC e o(s) respectivo(s) número(s) de identificação:	Não Aplicável
31. Entrega:	Esperamos que a entrega das Notas Subordinadas de Nível 1 seja feita sem pagamento em 12 de dezembro de 2017, que corresponderá ao quinto dia útil após a data de precificação das Notas Subordinadas de Nível 1 (sendo este ciclo de liquidação denominado T+5). De acordo com a Norma 15c6-1 nos termos da <i>Exchange Act</i> , as negociações no mercado secundário geralmente devem ser liquidadas em dois dias úteis, a menos que as partes da negociação acordem expressamente de outra forma. Consequentemente, os compradores que desejarem negociar Notas Subordinadas de Nível 1 na data de precificação ou nos dois dias úteis seguintes deverão, em virtude do fato de que as Notas Subordinadas de Nível 1 serem inicialmente liquidadas no T+5, especificar um ciclo de liquidação alternativo no momento da negociação, para evitar a não liquidação. Os compradores de Notas Subordinadas de Nível 1 que desejarem negociar as notas na data da precificação ou nos dois dias úteis seguintes devem pedir a opinião seus próprios consultores.
32. Agente de Pagamento Principal	The Bank of New York Mellon, por meio de sua Agência em Nova York
33. Agente Escritural:	The Bank of New York Mellon, por meio de sua Agência em Nova York
34. Agente de Cálculo:	The Bank of New York Mellon, por meio de sua Agência em Londres
35. Agente Fiduciário:	The Bank of New York Mellon, por meio de sua Agência em Nova York
36. Agente(s) Adicional(is) (se houver):	Não Aplicável
37. Tributação dos Estados Unidos da América	Consulte o item “Determinadas Questões Tributárias dos EUA” abaixo.

SOLICITAÇÃO DE LISTAGEM

Estes Termos Definitivos compreendem os termos definitivos necessários para listar a emissão das Notas Subordinadas de Nível 1 aqui descritas de acordo com o Programa Global de Notas Subordinadas de Nível 1 com Vencimento em Médio Prazo no valor de US\$ 100.000.000.000,00 (*US\$ 100,000,000,000 Global Medium Term Note Programme*) do Itaú Unibanco Holding S.A., por meio de sua Agência em Grand Cayman.

ESTABILIZAÇÃO

Em conexão com a emissão das Notas Subordinadas de Nível 1, a J.P. Morgan Securities LLC (o “Administrador de Estabilização”) (ou pessoas atuando em nome do Administrador de Estabilização) pode efetuar distribuições suplementares das Notas Subordinadas de Nível 1 ou efetuar operações com a intenção de dar suporte ao preço de mercado das Notas Subordinadas de Nível 1 em um nível mais alto que aquele que poderia ser de outro modo previsto. No entanto, não há garantias de que o Administrador de Estabilização (ou pessoas atuando em nome do Administrador de Estabilização) realizará uma ação de estabilização. Qualquer ação de estabilização poderá ser iniciada na ou após a data em que a divulgação pública adequada dos termos da oferta das Notas Subordinadas de Nível 1 for feita, se iniciada, e pode ser encerrada a qualquer momento, mas deve ser encerrada no máximo 30 dias após a data de emissão das Notas Subordinadas de Nível 1 e 60 dias após a data de distribuição das Notas Subordinadas de Nível 1. Qualquer ação de estabilização ou distribuição suplementar será conduzida de acordo com as leis aplicáveis.

RESPONSABILIDADE

O Emitente assume responsabilidade pelas informações contidas nestes Termos Definitivos, os quais, quando lidos em conjunto com o Memorando de Oferta (e com as informações nele incorporadas por referência) mencionado acima, conterão todas as informações relevantes no que se refere às Notas Subordinadas de Nível 1.

DIVULGAÇÕES ADICIONAIS RELACIONADAS ÀS NOTAS SUBORDINADAS DE NÍVEL 1

Extinção

Os gatilhos para a extinção de Notas Subordinadas de Nível 1 são definidos no Artigo 17, item XV, da Resolução 4.192, cujo resumo é o que segue:

- (i) divulgação, pelo Emitente, de que seu Capital Principal está abaixo dos 5,125% do RWA determinado de acordo com a Resolução 4.193;
- (ii) assinatura de compromisso de aporte, de acordo com a exceção prevista no caput do Artigo 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- (iii) decretação, pelo Banco Central, de regime de administração especial temporária ou intervenção nos negócios do Emitente; ou
- (iv) determinação, pelo Banco Central, da extinção das Notas Subordinadas de Nível 1 com base em critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Com relação ao item (iv) acima, de acordo com o Artigo 2 da Resolução 4.279/13, o Banco Central tem autoridade para determinar a extinção sempre que considerar tal medida necessária para que a continuidade da instituição financeira seja viável e, ao mesmo tempo, mitigar riscos relevantes para a operação regular do sistema financeiro.

A Resolução 4.279/13, especificamente, prevê que ao determinar a viabilidade da continuidade das operações de uma instituição financeira, o Banco Central irá considerar se a referida instituição financeira cumpriu ou não uma solicitação do Banco Central de aporte ao seu Patrimônio de Referência, ao Capital Nível 1 ou ao Capital Principal, e a ocorrência de um dos seguintes: (i) há um deterioração relevante nos ativos, na solvência e na credibilidade da instituição financeira, ou (ii) há um aumento no risco de inadimplência, levando à ativação de mecanismos de garantia e salvaguarda utilizados para câmaras de liquidação centralizada e de liberação.

Com relação à determinação do risco correspondente ao sistema financeiro, o Banco Central irá considerar se a falha da referida instituição financeira afetaria de maneira adversa (i) as operações de outras instituições financeiras ou setores do mercado que pudessem resultar em um enfraquecimento do sistema financeiro brasileiro; ou (ii) a disponibilidade, em níveis adequados, de serviços essenciais ao sistema financeiro.

Restrição ao Pagamento de Dividendos

A Resolução 4.019/11 determina medidas prudenciais aplicáveis a instituições financeiras, destinadas a garantir a solidez, estabilidade e funcionamento regular do Sistema Financeiro Nacional. O Banco Central tem autoridade para solicitar a adoção de certas medidas prudenciais mediante a ocorrência de determinados eventos, incluindo, entre outros, (i) a exposição por uma instituição financeira a riscos não considerados adequadamente na determinação do Patrimônio de Referência, ou não compatíveis com as estruturas de controle interno de riscos; (ii) a violação de limites operacionais; e (iii) a falta de controles internos.

Mediante a ocorrência de qualquer um dos eventos mencionados acima, o Banco Central poderá exigir a adoção de certas medidas pela instituição financeira, incluindo, entre outros, (i) a limitação ou suspensão do pagamento de aumentos na remuneração de administradores e de dividendos; (ii) a venda de ativos; e (iii) a conformidade com limites operacionais mais rigorosos.

Distribuição de Dividendos

Com base em demonstrações financeiras do Emitente, preparadas de acordo com os Princípios Contábeis brasileiros para instituições financeiras referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017, o Emitente apresentou lucro e reservas de lucros equivalentes a R\$ 10 bilhões, que poderiam ser utilizados para o pagamento de dividendos sujeitos a outras exigências definidas na lei aplicável e para o pagamento das Notas Subordinadas de Nível 1 de acordo com a Condição 17(c)(i) dos Termos e Condições das Notas Subordinadas de Nível 1 conforme previsto no Memorando de Oferta.

Alocação e Cálculo do Lucro Líquido

De acordo com a Lei Brasileira das Sociedades por Ações, o lucro líquido é calculado como segue: (i) perdas acumuladas são deduzidas dos resultados do exercício financeiro e são feitas provisões para imposto de renda; (ii) qualquer perda incorrida em um exercício financeiro é absorvida por, na

seguinte ordem, (A) lucros acumulados, (B) reservas de lucros, e (C) reservas legais; (iii) quaisquer lucros remanescentes são, então, distribuídos de acordo com as exigências estatutárias a, na seguinte ordem (A) empregados, e (B) diretores. O lucro líquido é o resultado do exercício financeiro remanescente após a dedução da distribuição de lucros mencionada nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

De acordo com a Lei Brasileira das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social do Emitente, o lucro líquido deverá ser alocado como segue: (i) antes de qualquer outra distribuição, cinco por cento (5%) será alocado para Reserva Lega, que não poderá exceder vinte por cento (20%) do Capital Social; (ii) os acionistas têm o direito de receber, como dividendo obrigatório para cada exercício fiscal, no mínimo vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido registrado na referido exercício fiscal (sujeito a outros ajustes acessórios definidos na Leis Brasileira das Sociedade por Ações); 9iii) de acordo com a proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá decidir sobre a constituição das seguintes reservas: (A) Reserva de Equalização de Dividendos, (B) Reforço à Reserva de Capital de Giro, e (C) Reserva para Aportes de Capital em Beneficiárias.

A Reserva de Equalização de Dividendos será limitada a 40% do valor do capital social e seu objetivo será gerar fundos para o pagamento de dividendos, incluindo participação em capital de acionistas, ou pagamentos antecipados desse capital, com o objetivo de manter um fluxo de remuneração aos acionistas. A Reserva de Equalização de Dividendos é feita com recursos de:

- (i) até 50% do lucro líquido do exercício fiscal, consolidado de acordo com o Artigo 22 da Lei Brasileira das Sociedades por Ações;
- (ii) até o máximo de 100% da parte integralizada das Reservas de Reavaliação, registrada como ganhos retidos;
- (iii) até o máximo de 100% dos valores consolidados dos exercícios fiscais anteriores, registrados como ganhos retidos; e
- (iv) créditos correspondentes ao pagamento antecipado de dividendos.

Quotas de Capital

As demonstrações financeiras consolidadas do Emitente e as informações financeiras delas derivadas incluídas no Memorando de Oferta são elaboradas e acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade. De acordo com as normas e regulamentos do Conselho Monetário Nacional do Brasil, o Emitente também elabora demonstrações financeiras segundo as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a operar pelo Banco Central (“Princípios Contábeis Brasileiros”). As informações a seguir foram preparadas em conformidade com os Princípios Contábeis Brasileiros.

Quotas de Capital (BIS) – Conglomerado Prudencial¹

	Até 30 de setembro de 2017	Até 30 de junho de 2017
	<i>(em milhões de reais)</i>	
Patrimônio consolidado dos acionistas (BACEN)	136,894	132,275
Deduções do Capital Principal	(16.634)	(18.459)
Capital Principal	120.260	113.816
Adicional de Capital Nível 1	52	49

Nível I	120.311	113.866
Nível II	19.791	19.788
Patrimônio de Referência (Nível I e Nível II)	140.102	133.654
Patrimônio de Referência Exigido	66.566	67.015
ACP Exigido	10.795	10.867
Total de Exposição Avaliada para Riscos (RWA)	719.634	724.483
Crédito de Ativos Avaliados para Riscos (RWACPAD)	637.758	642.616
Ativos Operacionais Avaliados para Riscos (RWAOPAD)	63.013	54.417
Mercado de Ativos Avaliados para Riscos (RWAMINT)	18.864	27.450
Nível I (Capital Principal + Adicional de Capital Nível I)	16,7%	15,7%
Nível II	2,8%	2,7%
Proporção de BIS (Capital Regulatório/Exposição Avaliada para Riscos)	19,5%	18,4%

(1) Inclui instituições financeiras, administradores de consórcios, instituições pagadoras, sociedades que adquirem operações ou assumem, direta ou indiretamente, risco de crédito e fundos de investimento em que o conglomerado mantém, substancialmente, riscos e benefícios.

Obs: Os números são baseados na Consolidação prudencial dos Princípios Contábeis Brasileiros.

DETERMINADAS QUESTÕES TRIBUTÁRIAS DOS EUA

Caracterização das Notas

O Emitente acredita que é possível que as Notas sejam tratadas como patrimônio do emitente para os fins do Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos e, na medida exigida para tal, pretende tratar as Notas como patrimônio do Emitente para os fins do Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos. No entanto, nenhuma garantia poderá ser fornecida no sentido de que a Secretaria da Receita Federal dos Estados Unidos, ou IRS, não sustentará que as Notas devem ser tratadas como dívida para os fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos. Caso as Notas sejam tratadas como dívida os fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos, o momento e caráter de rendimento, ganho e perda reconhecidos por um Detentor norte-americano provavelmente seriam diferentes da descrição contida no presente instrumento. A discussão a seguir assume que as Notas sejam tratadas como patrimônio para os fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos e os Detentores Estadunidenses neste ato concordam em tratar as Notas como patrimônio para os fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Como resultado dessa assunção, a discussão a seguir trata cada pagamento nos termos das Notas, neste ato denominado “participação” (incluindo Valores Adicionais, se houver), como uma distribuição pelo emitente com relação a uma participação societária, e cada referência a dividendos na discussão a seguir refere-se a qualquer pagamento nos termos das Notas.

Pagamento de Participação e Valores Adicionais

Sujeito ao tópico “Considerações Acerca de Empresas de Investimentos Estrangeiras Passivas” abaixo, o valor bruto de quaisquer pagamentos de participação nas Notas (e em Valores Adicionais pagos pelo Emitente) a um Detentor Norte-Americano (incluindo qualquer imposto estrangeiro

retido ou deduzido, se houver) será tributável como rendimento de dividendos na medida em que esses valores sejam pagos a partir dos ganhos e lucros acumulados e atuais do Emitente conforme determinado nos termos dos princípios de imposto de renda federal dos Estados Unidos e poderão ser incluídos no rendimento bruto do Detentor Norte-Americano mediante recebimento. Um pagamento excedente dos lucros e rendimentos acumulados e atuais do Emitente será tratado como retorno de capital não tributável, reduzindo assim a base de ajuste de Detentor Norte-Americano (mas não abaixo de zero) na Nota em que o pagamento é feito e, a partir de então, como ganho de capital na medida em que exceda a base do Detentor Norte-Americano na referida Nota. O Emitente, no entanto, não pretende manter cálculos de ganhos e lucros para os fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos. Portanto, os Detentores Estadunidenses devem esperar que qualquer pagamento de participação nas Notas (e quaisquer Valores Adicionais pagos pelo Emitente) serão geralmente tratados como dividendos para os fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos. Nos termos das leis atuais, dividendos não serão elegíveis para a dedução de dividendos recebidos, em geral permitidas pelas sociedades norte-americanas com relação a dividendos recebidos de outras sociedades norte-americanas e não serão elegíveis para a taxa de dividendos preferenciais aplicável atualmente a certos “rendimentos de dividendos qualificados” recebidos por acionistas não empresariais. Quaisquer pagamentos de participação nas Notas (e quaisquer Valores Adicionais pagos pelo Emitente) serão geralmente tratados como rendimento de fonte estrangeira para os fins de créditos de impostos estrangeiros nos Estados Unidos.

Venda, Troca, Retirada ou Outra Alienação

Um Detentor Estadunidense irá reconhecer de maneira geral os ganhos ou perdas mediante a venda de uma nota em um valor igual à diferença entre o valor *realizado* na referida venda ou permuta e a base fiscal ajustada do Detentor Estadunidense na venda das Notas conforme o caso. Sujeito ao tópico “Considerações Acerca de Empresas de Investimentos Estrangeiras Passivas”, qualquer ganho ou perda reconhecidos por um Detentor Estadunidense serão tratados como ganho ou perda de capital. Os referidos ganhos ou perdas serão ganho ou perda de capital a longo prazo na medida que o período de detenção de um Detentor Estadunidense exceda um ano. Ganhos de capital a longo prazo de um Detentor Estadunidense não-empresarial são geralmente sujeitos a taxas preferenciais. Ganhos ou perdas, se houver, reconhecidos por um Detentor Estadunidense serão geralmente tratados como ganhos ou perdas, conforme o caso, de origem nos Estados Unidos, e serão geralmente tratados como “rendimentos de categoria passiva” para a maioria dos Detentores Estadunidenses para os fins créditos de impostos estrangeiros nos Estados Unidos. A possibilidade de dedução das perdas de capital está sujeita a limitações nos termos do Código. É possível que a substituição do Emitente por um Devedor Substituto, seja considerada uma venda ou permuta das Notas, o que poderia resultar no reconhecimento pelo Detentor Estadunidense dos ganhos ou das perdas descritas neste instrumento.

Considerações Acerca de Empresas de Investimentos Estrangeiras Passivas

Há normas tributárias específicas relativas aos impostos de renda federal dos EUA que se aplicam a pessoas Estadunidenses que detenham ações em uma empresa de investimento estrangeiro passiva (“PFIC”). Uma sociedade não-estadunidense normalmente será classificada como uma PFIC para os fins do imposto de renda federal dos EUA em qualquer exercício fiscal em que, após a aplicação das normas de revisão relevantes relativamente às receitas e aos ativos de determinadas subsidiárias, pelo menos 75% de sua renda bruta constitui “renda passiva” ou, alternativamente, pelo menos 50% do valor bruto de seus ativos corresponde a ativos que geram renda passiva ou são detidos para a geração de renda passiva.

Para os fins do presente, renda passiva normalmente inclui, *inter alia*, dividendos, juros, aluguéis, royalties, ganhos auferidos com a alienação de ativos passivos e ganhos com transações envolvendo commodities.

A aplicação das normas PFIC aos bancos não fica clara nos termos da legislação vigente do imposto de renda federal dos EUA. Os bancos geralmente obtêm parcela significativa de seus rendimentos de ativos que geram juros ou que de outro modo poderiam ser tidos como passivos nos termos das normas PFIC. A Secretaria da Receita Federal dos Estados Unidos (“IRS”) emitiu um comunicado e propôs uma regulamentação que excluem do conceito de renda passiva quaisquer rendimentos auferidos na condução ativa de negócios bancários por um banco estrangeiro habilitado, também denominado a Exceção de Banco Ativo. O comunicado da IRS e a regulamentação proposta contêm requisitos diferentes para classificar uma instituição como sendo um banco estrangeiro e para determinar a receita bancária que pode ser excluída do conceito de renda passiva nos termos da Exceção de Banco Ativo. Além disso, a regulamentação proposta encontra-se em circulação desde 1994 e não entrará em vigor enquanto não for finalizada.

Com base em estimativas sobre nossa receita e os ativos brutos correntes e projetados, não acreditamos que sejamos classificados como uma PFIC nos exercícios fiscais corrente e futuros. Ressalve-se, porém, que a determinação sobre se constituímos ou não uma PFIC é feita anualmente, e baseia-se na composição dos nossos rendimentos e ativos (incluindo rendimentos e ativos de pessoas jurídicas em que detemos uma participação de pelo menos 25%) e na natureza de nossas atividades (inclusive nossas condições para qualificar como Exceção de Banco Ativo).

Visto que a regulamentação definitiva não foi emitida e que o comunicado e a regulamentação proposta são conflitantes, nossa situação nos termos das normas PFIC está sujeita a um elevado grau de incerteza. Embora estejamos conduzindo e pretendamos continuar a conduzir um vultoso negócio bancário, não há qualquer certeza de que iremos atender aos requisitos específicos de enquadramento na Exceção de Banco Ativo quer nos termos do comunicado da IRS ou da regulamentação proposta. Assim sendo, os Detentores Estadunidenses podem vir a estar sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA nos termos das normas descritas abaixo.

Caso sejamos tratados como uma PFIC em qualquer exercício fiscal, durante o qual um Detentor Estadunidense for titular de notas, qualquer ganho realizado em uma venda ou outra alienação tributável das referidas Notas e determinadas “distribuições excedentes” (em geral, distribuições superando em 125% a distribuição média sobre um triênio, ou, no caso de período inferior, o período em que as Notas foram detidas), será tratado como rendimento ordinário e será sujeito a tributação como se (i) a distribuição excedente ou ganho tivesse sido realizado proporcionalmente ao longo do período em que o Detentor Estadunidense deteve as Notas, (ii) o valor tido por realizado em cada exercício esteve sujeito a tributação em cada um de tais exercícios à alíquota marginal superior para tal exercício (outro que não o rendimento alocado ao período presente ou em qualquer exercício anterior àquele em que nos tornamos uma PFIC, que estaria sujeito a tributação à alíquota ordinária de tal Detentor Estadunidense para o exercício em curso e não estaria sujeito ao encargo de juros discutido adiante), e (iii) o encargo de juros geralmente aplicado a pagamentos a menor do imposto devido foi lançado sobre os tributos tidos como devidos para tais exercícios.

Não esperamos fornecer informações que permitam aos Detentores Estadunidenses evitar as consequências mencionadas anteriormente ao realizar uma opção por “fundo qualificado”.

Caso sejamos tratados como uma PFIC e, a qualquer tempo, façamos investimentos em empresas não-estadunidenses que sejam classificadas como PFICs (“Subsidiária PFIC”), de modo geral os Detentores Estadunidenses serão tidos como possuindo e também ficarão sujeitos às normas PFIC relativamente à sua participação indireta em qualquer Subsidiária PFIC. Caso sejamos tratados como uma PFIC, um Detentor Estadunidense poderá incorrer em responsabilidade pelo imposto diferido e pelo encargo de juros descrito acima se (i) recebermos uma distribuição ou alienarmos a totalidade ou qualquer parcela de nossa participação em tal Subsidiária PFIC ou (i) tal Detentor Estadunidense alienar a totalidade ou qualquer parte de suas Notas.

Um Detentor Estadunidense de ações em uma PFIC (mas possivelmente não em uma Subsidiária PFIC, conforme discutido adiante) pode fazer uma opção de *mark-to-market*, desde que as ações na PFIC sejam “ações vendáveis” nos termos das normas relevantes do Tesouro dos EUA (ou seja, “negociadas regularmente” em uma “bolsa habilitada ou outro mercado”). Nos termos das normas do Tesouro dos EUA, uma “bolsa habilitada ou outro mercado” inclui (i) uma bolsa de valores nacional registrada na Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio dos Estados Unidos ou no sistema de mercado nacional estabelecida nos termos da *Securities and Exchange Act* de 1934, e alterações posteriores (a “*Exchange Act*”), ou (ii) uma bolsa de valores estrangeira que seja regulamentada ou supervisionada por uma autoridade governamental do país em que a bolsa esteja localizada e atenda a determinados requisitos de negociação, cotação, transparência financeira e demais requisitos constantes das normas relevantes do Tesouro dos EUA. Espera-se que as Notas sejam listadas no mercado Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo. Embora a IRF não tenha confirmado se o mercado Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo cumpre os requisitos para ser tratada como bolsa de valores ou de outro mercado qualificada, que o mercado Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo deveria ser tratada desse modo. As Ações PFIC negociadas em uma bolsa de valores ou outro mercado qualificado são negociadas de maneira regular nos referidos mercados em qualquer ano civil durante o qual tais ações sejam negociadas, salvo as quantidades mínimas, em pelo menos 15 dias em cada trimestre. Não podemos garantir que aos Detentores Estadunidenses que as Notas serão tratadas como “ações vendáveis” em qualquer exercício fiscal.

As consequências tributárias aplicáveis caso fôssemos uma PFIC seriam diferentes daquelas descritas acima, se uma opção “*mark-to-market*” estivesse disponível para um Detentor Estadunidense validamente fizesse essa opção no início de seu período de detenção. Se for feita uma opção efetiva por *mark-to-market*, o Detentor Estadunidense que tenha feito tal opção geralmente (i) incluiria nos seus rendimentos brutos, integralmente como rendimentos ordinários, um valor equivalente ao excedente, se houver, do valor justo de mercado de suas Notas ao final de cada exercício fiscal, e a base tributável ajustada de tal Detentor Estadunidense para tais Notas e (ii) deduziria como perda ordinária o excedente, se houver, toda base tributável ajustada de tal Detentor Estadunidense para tais Notas acima do valor justo de mercado de tais Notas ao final do exercício fiscal em questão, mas somente na medida do valor líquido anteriormente incluído nos rendimentos brutos como consequência da opção por *mark-to-market*. Qualquer ganho resultante de uma venda, câmbio ou outra alienação de nossas Notas em um exercício fiscal em que sejamos considerados uma PFIC seria tratado como um rendimento ordinário, e qualquer perda resultante dessa venda, câmbio ou outra disposição seria tratada inicialmente como perda ordinária (na medida de qualquer ganho líquido de *mark-to-market* incluído anteriormente no rendimento) e a partir de então como perda de capital. A base tributária ajustada de um Detentor Estadunidense nas Notas será aumentada ou reduzida no valor do ganho ou da perda considera no regime *mark-to-market*. No entanto, mesmo se um Detentor Estadunidense tiver direito a efetuar uma opção de *mark-to-market* em relação a nossas Notas, não está claro se ou em que medida tal opção aplicar-se-ia relativamente às ações de qualquer Subsidiária PFIC que tal Detentor Estadunidense for tido como detento, visto que as ações

de tal Subsidiária PFIC podem não constituir ações vendáveis. A opção por *mark-to-market* será feita relativamente às ações vendáveis de uma PFIC em uma base de acionista a acionista, e, uma vez feita, somente poderá ser revogada mediante o consentimento da IRS. Aplicam-se normas especiais caso a opção por *mark-to-market* não seja feita no primeiro exercício fiscal em que o Detentor Estadunidense detiver ações nossa enquanto formos considerados uma PFIC.

Um Detentor Estadunidense que detiver nossas Notas durante qualquer exercício fiscal em que sejamos tratados como um PFIC normalmente deverá protocolar uma declaração informativa com relação a nós e a quaisquer Subsidiárias PFIC em que o Detentor Estadunidense em questão detiver uma participação direta ou indireta. Os Detentores Estadunidenses devem consultar seus próprios consultores tributários relativamente à aplicação das normas PFIC às nossas Notas e a disponibilidade e a conveniência de fazer uma opção *mark-to-market* caso o sejamos considerados como uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

A DISCUSSÃO SOBRE O IMPOSTO DE RENDA FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS ESTABELECIDACIMA ESTÁ INCLUÍDA APENAS PARA FINS DE INFORMAÇÃO GERAL E PODE NÃO SER APLICÁVEL, DEPENDENDO DA SITUAÇÃO PARTICULAR DE UM DETENTOR. OS DETENTORES DEVEM ORIENTAR-SE COM SEUS CONSULTORES TRIBUTÁRIOS COM RELAÇÃO ÀS CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS A QUE ESTÃO SUJEITOS PELA TITULARIDADE E ALIENAÇÃO DAS NOTAS, INCLUINDO AS CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS NOS TERMOS DAS LEIS ESTADUAIS, LOCAIS E OUTRAS LEIS TRIBUTÁRIAS E OS POSSÍVEIS EFEITOS DE ALTERAÇÕES NO IMPOSTO DE RENDA FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS OU EM OUTRAS LEIS TRIBUTÁRIAS.

AS INFORMAÇÕES ACIMA SÃO DESCRITAS DE MANEIRA RESUMIDA E NÃO SE DESTINAM A CONSTITUIR UMA ANÁLISE COMPLETA DE TODAS AS CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS RELACIONADAS À TITULARIDADE DAS NOTAS.

LEI DE REGÊNCIA E JURISDIÇÃO

A Escritura de Emissão, as Notas Subordinadas de Nível 1, os Termos Definitivos (inclusive o resumo dos Termos Definitivos contido no item 5 do Núcleo de Subordinação) e quaisquer obrigações não contratuais resultantes ou correlatas serão regidos e interpretados de acordo com as leis da Inglaterra; **estabelecido que** as disposições constantes do Núcleo de Subordinação contido no Anexo A ao presente, que deverão ser observadas pelo Emitente para a finalidade de classificar as Notas Subordinadas de Nível 1 como Capital de Nível 1 conforme a Resolução 4.192, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis do Brasil.

Os foros da Inglaterra têm jurisdição para dirimir quaisquer controvérsias em decorrência ou razão das Notas Subordinadas de Nível 1 ou da Escritura de Emissão (inclusive as referentes a obrigações não contratuais resultantes das Notas Subordinadas de Nível 1 ou da Escritura de Emissão ou a elas relacionadas) e, assim sendo, as ações ou processos judiciais decorrentes ou relativos às Notas Subordinadas de Nível 1 ou à Escritura de Emissão poderão ser submetidos aos mencionados foros. O Emitente, pelo ato da Escritura de Emissão, submeteu-se irrevogavelmente à jurisdição exclusiva dos foros da Inglaterra.

Assinado em nome do Emitente:

Por: [assinatura]

Signatário devidamente autorizado	Sergio Mychkis Goldstein Conselheiro
Por: [assinatura]	
Signatário devidamente autorizado	Marcelo B. Mazzaferro Superintendente

ANEXO A

MODELO DE NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO PARA NOTAS DE SUBORDINAÇÃO DE NÍVEL 1

NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO ("Núcleo de subordinação")

O presente Núcleo de Subordinação ("*núcleo de subordinação*") foi preparado para os fins dos Artigos 14 e 24 da Resolução 4.192, emitida pelo Conselho Monetário Nacional do Brasil ("CMN") em 1º de março de 2013, e suas alterações posteriores ("**Resolução 4.192**").

1. Cláusulas que demonstram cumprimento de todos os requisitos contidos no Artigo 17 da Resolução 4.192:

(i) De acordo com o Artigo 17, I, II e III, da Resolução 4.192, as Notas Subordinadas de Nível 1 deverão ser emitidas sob a forma nominativa, totalmente integralizadas em espécie e ter caráter de perpetuidade, conforme previsto abaixo:

Forma, Subscrição em Espécie e Vencimento

- i. *Forma: As Notas Subordinadas de Nível 1 serão emitidas como notas nominativas.*
- ii. *Subscrição e pagamento em espécie: As Notas Subordinadas de Nível 1 poderão ser emitidas em uma ou mais Séries ou Tranches, cuja contraprestação será paga ao Emitente em espécie na data de sua emissão.*
- iii. *Notas de Prazo Indeterminado: As Notas Subordinadas de Nível 1 são títulos de prazo indeterminado e não têm data de vencimento fixada.*

(ii) De acordo com o Artigo 17, IV, da Resolução 4.192, o pagamento de quaisquer valores devidos e pagáveis nos termos das Notas Subordinadas de Nível 1 deverá, no caso de dissolução do Emitente, ser subordinado às demais obrigações do Emitente, com exceção de obrigações relacionadas ao Capital Principal do Emitente, conforme previsto abaixo:

Situação; Disposições de Subordinação

- i. *Situação: As Notas Subordinadas de Nível 1 constituem obrigações sem garantia e subordinadas do Emitente.*

ii. *Subordinação: As Notas Subordinadas de Nível 1 são subordinadas em direito de pagamento a todas as Obrigações Sênior ao Nível 1 do Emitente, existentes e futuras, de acordo com este Núcleo de Subordinação.*

*Observando-se as leis aplicáveis (A) os direitos e reivindicações de Detentores de Notas são e serão subordinados e, de forma correspondente, sujeitos em direito de pagamento ao pagamento integral anterior de todo o principal, ágio, se houver, juros e quaisquer outros valores devidos ou a se tornarem devidos em todas as Obrigações Sênior ao Nível 1 mediante o encerramento, falência, liquidação, dissolução ou processos similares do Emitente (individualmente, “**Evento de Falência**”), exceto as obrigações a respeito do Capital Principal do Emitente, e (B)(i) as Notas Subordinadas de Nível 1 classificar-se-ão pari passu entre si, sem qualquer preferência entre elas mesmas e (ii) os direitos e reivindicações de Detentores de Notas previstos nas Notas Subordinadas de Nível 1 classificar-se-ão pari passu com os direitos e reivindicações de detentores das Obrigações de Paridade Nível 1; ficando ressalvado que a fusão do Emitente com, ou a incorporação do Emitente por qualquer outra sociedade ou a liquidação ou dissolução do Emitente após a transmissão ou transferência (inclusive a respeito de uma cisão) de seus bens, ativos e passivos substancialmente como uma totalidade para outra sociedade não será considerada um Evento de Falência para os fins deste item se o Banco Central tiver aprovado essa fusão, incorporação, transferência ou transmissão. Posteriormente, o Emitente será automaticamente liberado e desobrigado de todas as obrigações e avenças constantes na Escritura de Emissão e nas Notas Subordinadas de Nível 1, e as Notas Subordinadas de Nível 1 continuarão circulantes e serão tratadas como dívida subordinada dessa Sociedade Sucessora de acordo com os termos da Resolução 4.192.*

(iii) De acordo com o Artigo 17, V e XVII, da Resolução 4.192, o pagamento de valores devidos a respeito das Notas Subordinadas de Nível 1 deverá ser feito exclusivamente com recursos provenientes de lucros e reservas de lucro disponíveis para distribuição no último período de apuração, e qualquer remuneração não paga em decorrência dessa limitação deverá ser considerada extinta, conforme previsto abaixo:

Pagamento: O pagamento de valores devidos a respeito das Notas Subordinadas de Nível 1 será feito exclusivamente com recursos provenientes de lucros e reservas de lucro disponíveis para distribuição no último período de apuração, de acordo com a Lei de Sociedades por Ações Brasileira. Quaisquer valores não pagos como resultado do mencionado acima não serão acumulados e não serão considerados devidos e pagáveis e não constituirão um Inadimplemento Financeiro.

(iv) De acordo com o Artigo 17, VI, VII e VIII, da Resolução 4.192, os pagamentos de valores devidos aos Detentores de Notas deverão ser suspensos (i) se os valores devidos excederem os fundos disponíveis para essa finalidade; (ii) na mesma proporção de qualquer restrição imposta pelo Banco Central à distribuição de dividendos ou outras distribuições relativas às ações ou quotas elegíveis ao tratamento de Capital Principal; e (iii) nos mesmos percentuais de retenção do valor a ser pago ou distribuído, conforme definido no Artigo 9, parágrafo 4, da Resolução 4.193, se o Emitente apresentar insuficiência no cumprimento do Adicional de Capital Principal ou o pagamento acarretar descumprimento das exigências mínimas de Capital Principal, Capital Nível 1 e Patrimônio de Referência; a remuneração não paga como resultado de tal suspensão será considerada extinta, conforme previsto no Artigo 17, XVII, da Resolução 4.192, conforme previsto abaixo:

Suspensão e Cancelamento de Pagamento: O pagamento de valores devidos a respeito das Notas Subordinadas de Nível 1 será suspenso (i) se os valores devidos excederem os fundos disponíveis para essa finalidade, (ii) na mesma proporção de qualquer restrição imposta pelo Banco Central à distribuição de dividendos ou outros resultados relativos às ações ou quotas elegíveis ao tratamento de Capital Principal; e (iii) nos mesmos percentuais de retenção do valor a ser pago ou distribuído, conforme previsto no Artigo 9, parágrafo 4, da Resolução 4.193, se o Emitente apresentar insuficiência no cumprimento do Adicional de Capital Principal ou o pagamento acarretar descumprimento das exigências mínimas de Capital Principal, Capital Nível 1 e Patrimônio de Referência. Quaisquer valores não pagos como resultado do mencionado acima não serão acumulados e não serão considerados devidos e pagáveis e não constituirão um Inadimplemento Financeiro.

(v) De acordo com o Artigo 17, XVI, da Resolução 4.192, a ocorrência de qualquer um dos eventos previstos no Artigo 17, V, VI, VII e VIII, da Resolução 4.192, não deverá ser considerada um evento de inadimplemento e não deverá antecipar o vencimento de quaisquer obrigações do Emitente, conforme previsto abaixo:

O cancelamento ou a suspensão do pagamento de quaisquer valores devidos a respeito das Notas Subordinadas de Nível 1 como resultado de (i) insuficiência de recursos provenientes de lucros e reservas de lucro disponíveis para distribuição no último período de apuração; (ii) insuficiência de fundos disponíveis para o pagamento dos valores devidos; (iii) qualquer restrição imposta pelo Banco Central à distribuição de dividendos ou outras distribuições relativas às ações ou quotas elegíveis ao tratamento de Capital Principal; e (iv) uma insuficiência de Adicional de Capital Principal do Emitente ou o pagamento acarretar descumprimento das exigências mínimas de Capital Principal, Capital Nível 1 e Patrimônio de Referência, em cada caso esses valores não serão acumulados ou provisionados e não serão considerados devidos e pagáveis nos termos das Notas Subordinadas de Nível 1, e esse cancelamento ou suspensão de pagamento (i) não constituirá um Inadimplemento Financeiro e (ii) não será considerado um evento de inadimplemento e não deverá antecipar o vencimento de dívidas de que participe o Emitente.

(vi) De acordo com o Artigo 17, IX, da Resolução 4.192, qualquer recompra ou resgate antecipado das Notas Subordinadas, direta ou indiretamente por meio de uma Afiliada, estão sujeitos à aprovação prévia do Banco Central, conforme previsto abaixo:

(i) Recompras: *Sujeito à aprovação prévia do Banco Central (de acordo com o Artigo 17, IX, da Resolução 4.192) ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira competente (se essa aprovação for exigida na época), o Emitente ou qualquer Afiliada poderá, no ou após o quinto aniversário de emissão das referidas Notas Subordinadas de Nível 1, recomprar Notas Subordinadas de Nível 1 no mercado aberto ou de outro modo de qualquer forma e a qualquer preço. O Emitente ou qualquer uma de suas Afiliadas poderão, a qualquer momento, comprar quaisquer Notas Subordinadas de Nível 1 que não sejam qualificadas como Capital Complementar no mercado aberto ou de outro modo de qualquer forma e a qualquer preço. Não é necessário que as Notas Subordinadas de Nível 1 recompradas sejam canceladas e poderão ser vendidas novamente; estabelecido que a nova venda dessas Notas seja feita de acordo com todas as leis, regulamentos e parâmetros relevantes. As Notas Subordinadas de Nível 1 recompradas dessa forma, enquanto detidas pelo ou em nome do Emitente ou qualquer uma de suas Afiliadas, não conferirão ao Detentor de Notas o direito a voto em quaisquer assembleias de Detentores de Notas e não serão consideradas em circulação para fins de cálculo de quórum em assembleias dos Detentores de Notas.*

(ii) Resgate Opcional por Motivos de Tributação: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira competente para esse resgate (se essa aprovação for exigida na época), o Emitente poderá, no ou após o quinto aniversário da emissão dessas Notas Subordinadas de Nível 1, resgatar ou providenciar a compra de qualquer Série de Notas Subordinadas de Nível 1 a seu critério, integralmente, porém, não parcialmente, mediante a entrega de uma notificação prévia com antecedência mínima de 30 dias e máxima de 45 dias para os Detentores de Notas (notificação essa que será irrevogável), ao seu Valor de Resgate Antecipado ou, se esse valor não for especificado, ao valor nominal especificado nos Termos Definitivos correspondentes (em cada caso juntamente com os juros incorridos até, mas excluindo, a data determinada para resgate) se (a) houver risco mais que insubstancial de que o Emitente tenha se tornado ou venha a se tornar obrigado a pagar valores adicionais (esses valores adicionais a serem determinados de acordo com o item 8 dos Termos e Condições) além dos valores adicionais pagáveis a respeito de deduções ou retenções feitas à taxa do Nível de Retenção Original, se houver, especificada nos Termos Definitivos correspondentes como resultado de qualquer alteração ou modificação nas leis ou regulamentos do Brasil ou das Ilhas Cayman, ou qualquer subdivisão política ou autoridade no ou do Brasil ou nas ou das Ilhas Cayman tendo o poder de tributar, ou qualquer alteração na aplicação ou interpretação oficial dessas leis ou regulamentos (inclusive por determinação de um tribunal competente), alteração ou modificação seja adotada ou promulgada ou que se torne válida na ou após a Data de Emissão em relação à Série correspondente, e (b) essa obrigação não puder ser evitada pela adoção de quaisquer medidas subsidiárias disponíveis ao Emitente, ficando ressalvado que nenhuma referida notificação de resgate ou compra em lugar de resgate será entregue antes de 90 dias (ou outro período especificado nos Termos Definitivos correspondentes) antes da primeira data na qual o Emitente seria obrigado a pagar os referidos valores adicionais se um pagamento a respeito dessas Notas Subordinadas de Nível 1 fosse devido na época (ou no caso de Notas Subordinadas de Nível 1 que incorrerem em juros à Taxa Flutuante, o número de dias igual ao número total de dias do atual Período de Juros aplicável às Notas Subordinadas de Nível 1 mais 75 dias). Antes da publicação de qualquer notificação de resgate ou compra em lugar de resgate de acordo com este item 1(vi)(ii) deste Núcleo de Subordinação, o Emitente deverá entregar ao Agente Fiduciário um certificado assinado por dois diretores ou procuradores autorizados do Emitente declarando que a obrigação mencionada em (a) acima não pode ser evitada pela adoção de medidas subsidiárias disponíveis ao Emitente e o Agente Fiduciário aceitará esse certificado como prova suficiente do cumprimento da condição suspensiva estabelecida em (b) acima, que será conclusivo e vinculativo para os Detentores de Notas.

(iii) Resgate Opcional devido a um Evento Regulatório de Nível 1: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira competente para esse resgate (se essa aprovação for exigida na época), o Emitente poderá resgatar ou providenciar a compra de qualquer Série de Notas Subordinadas de Nível 1, integralmente, mas não parcialmente, a qualquer momento, mediante a entrega de uma notificação prévia com antecedência mínima de 30 e máxima de 60 dias aos Detentores de Notas (notificação essa que será irrevogável), ao Valor de Resgate Antecipado (acrescido de juros incorridos até, mas excluindo, a data determinada para o resgate) se o Emitente certificar ao Agente Fiduciário imediatamente antes da entrega dessa notificação que um Evento Regulatório de Nível 1 ocorreu, ficando ressalvado, entretanto, que nenhuma referida notificação de resgate ou compra em lugar de resgate será entregue antes de 90 dias (ou outro período especificado nos Termos Definitivos correspondentes) antes da primeira data na qual o Evento Regulatório de Nível 1 entrar em vigor ou seja razoavelmente esperado que entre em vigor. Antes da publicação de qualquer notificação de resgate ou compra em lugar de resgate de acordo com este item 1(vi)(iii) deste Núcleo de Subordinação, o Emitente deverá entregar ao Agente

Fiduciário um certificado assinado por dois diretores ou advogados autorizados do Emitente declarando que o Emitente tem o direito de efetuar esse resgate ou providenciar a compra em lugar de resgate de acordo com este item 1(vi)(iii) deste Núcleo de Subordinação, e estabelecendo em detalhes razoáveis uma declaração dos fatos que derem origem a esse direito de resgate. Simultaneamente, o Emitente deverá entregar ao Agente Fiduciário um Parecer Jurídico por escrito declarando, entre outras coisas, que um Evento Regulatório de Nível 1 ocorreu e que todas as aprovações governamentais necessárias para o Emitente efetuar esse resgate ou compra em lugar de resgate foram obtidas e estão em pleno vigor e efeito ou especificando quaisquer aprovações necessárias que na data desse parecer não tiverem sido obtidas.

(iv) Resgate de Notas Subordinadas de Nível 1 por Opção do Emitente (Opção de Compra): De acordo com o Artigo 18 da Resolução 4.192, se dessa forma previsto nos Termos Definitivos correspondentes, o Emitente poderá, no ou a partir do quinto aniversário da emissão dessas Notas Subordinadas de Nível 1 e sujeito à aprovação prévia do Banco Central, mediante a entrega ao Detentor de Notas desta Nota Subordinada de Nível 1 de uma notificação irrevogável com antecedência mínima de 30 e máxima de 45 dias (ou outro período de notificação especificado nos Termos Definitivos correspondentes), resgatar ou providenciar a compra de todas ou, se dessa forma especificado nos Termos Definitivos correspondentes, algumas Notas Subordinadas de Nível 1 da Série da qual essa Nota Subordinada de Nível 1 for parte, na(s) Data(s) de Resgate Opcional especificada(s) nos Termos Definitivos correspondentes (que, no caso de Notas Subordinadas de Nível 1 cujos Termos Definitivos prevejam como taxa de juros uma Taxa Flutuante, será uma Data de Pagamento de Juros Específica) ao valor especificado nos Termos Definitivos correspondentes como o Valor de Resgate Opcional juntamente com os juros incorridos até (mas excluindo) a data determinada para resgate ou compra, ficando ressalvado que o Emitente deverá estar na época e, em uma base pró-forma após essa compra, deverá permanecer em conformidade com as exigências mínimas para Capital Principal, Capital Nível 1 e Patrimônio de Referência, e cumprir a exigência de Adicional de Capital Principal prevista na Resolução 4.193 e outros limites operacionais. Todas as Notas Subordinadas de Nível 1 a respeito das quais qualquer referida notificação seja entregue serão resgatadas ou compradas na(s) Data(s) de Resgate Opcional especificada(s) nessa notificação de acordo com este item 1(vi)(iv) deste Núcleo de Subordinação. Se apenas algumas das Notas Subordinadas de Nível 1 de uma Série forem resgatadas ou compradas a qualquer momento, as Notas Subordinadas de Nível 1 a serem resgatadas ou compradas serão resgatadas ou compradas proporcionalmente ao seu valor de principal, ficando ressalvado sempre que o valor resgatado ou comprado a respeito de cada Nota Subordinada de Nível 1 será igual à Denominação Específica, e em cada caso sujeito à conformidade com as normas aplicáveis de cada sistema de compensação, autoridade de listagem e Bolsa de Valores, e a notificação aos Detentores de Notas prevista neste instrumento especificará os números de série e valores nominais das Notas Subordinadas de Nível 1 a serem dessa forma resgatadas ou compradas.

(vii) De acordo com o Artigo 17, X, da Resolução 4.192, as Notas Subordinadas de Nível 1 somente poderão ser resgatadas a critério do Emitente, conforme previsto abaixo:

Resgate a Critério do Emitente: As Notas Subordinadas de Nível 1 somente poderão ser resgatadas a critério do Emitente e os Detentores de Notas não terão qualquer direito de solicitar que o Emitente resgate as Notas Subordinadas de Nível 1 total ou parcialmente.

(viii) De acordo com o Artigo 17, XI, da Resolução 4.192, as Notas Subordinadas de Nível 1 não serão garantidas e não serão beneficiadas por qualquer cobertura de seguros ou qualquer outro mecanismo que obrigue ou permita pagamento ou transferência de recursos, direta ou indiretamente,

do Emitente, qualquer entidade do conglomerado ou qualquer entidade não financeira controlada, para os Detentores de Notas, conforme previsto abaixo:

Inexistência de Garantia ou Seguro: As Notas Subordinadas de Nível 1 são obrigações não garantidas e subordinadas do Emitente e não são objeto de qualquer garantia ou seguro emitido de acordo com qualquer apólice de seguro ou mecanismo similar que comprometa a subordinação das Notas Subordinadas de Nível 1 e/ou exija ou permita o pagamento ou a transferência de recursos, direta ou indiretamente, do Emitente ou de quaisquer de suas Afiliadas, para os Detentores de Notas.

(ix) De acordo com o Artigo 17, XII, da Resolução 4.192, as Notas Subordinadas de Nível 1 não deverão conter qualquer disposição que, direta ou indiretamente, modifique o valor de principal original das Notas Subordinadas de Nível 1 emitidas na Data de Emissão, inclusive por meio de acordos que obriguem o Emitente a compensar os Detentores de Notas se uma nova nota com melhores condições de remuneração for emitida, exceto de acordo com qualquer recompra ou resgate autorizado de acordo com a regulamentação aplicável, conforme previsto abaixo:

Não Redução: O valor de principal original das Notas Subordinadas de Nível 1 emitidas na Data de Emissão não poderá ser modificado, direta ou indiretamente, inclusive por meio de acordos que obriguem o Emitente a compensar os Detentores de Notas se uma nova nota com melhores condições de remuneração for emitida, exceto de acordo com qualquer recompra ou resgate autorizado de acordo com a Resolução 4.192.

(x) De acordo com o Artigo 17, XIII, da Resolução 4.192, as Notas Subordinadas de Nível 1 não deverão prever qualquer variação dos termos e condições de pagamento da remuneração após a emissão das Notas Subordinadas de Nível 1, inclusive como resultado de alteração na qualidade de crédito do Emitente, conforme previsto abaixo:

Não Alteração dos Termos ou Condições de Pagamento da Remuneração: As condições de remuneração das Notas Subordinadas de Nível 1 previstas nos Termos Definitivos não estarão sujeitas a alteração após a Data de Emissão, inclusive em função de alteração na qualidade de crédito do Emitente.

(xi) De acordo com o Artigo 17, XIV, da Resolução 4.192, o Emitente não deverá, direta ou indiretamente, financiar a compra das Notas Subordinadas de Nível 1, conforme previsto abaixo:

Não Financiamento: O Emitente não deverá, direta ou indiretamente, financiar a compra das Notas Subordinadas de Nível 1, conforme previsto na Resolução 4.192.

(xii) De acordo com o Artigo 17, XV, XVI e XVIII, da Resolução 4.192, as Notas Subordinadas de Nível 1 deverão prever a extinção, permanente e em valor no mínimo correspondente ao saldo computado no Capital Nível 1, mediante a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) divulgação pelo Emitente, na forma prevista pelo Banco Central, de que seu Capital Principal está em patamar inferior a 5,125% do montante RWA, apurado de acordo com a Resolução 4.193;
- (b) assinatura de compromisso de aporte para o Emitente, de acordo com a exceção prevista no caput do Artigo 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- (c) decretação, pelo Banco Central, de regime de administração especial temporária ou intervenção nos negócios do Emitente; ou

(d) determinação, pelo Banco Central, da extinção das Notas Subordinadas de Nível 1 com base em critérios estabelecidos em regulamento específico pelo Conselho Monetário Nacional.

O Evento de Extinção de Nota Subordinada de Nível 1 mencionado acima não ocorrerá no caso de revisão ou republicação dos documentos usados pelo Emitente como base para a divulgação da proporção entre o Capital Principal e o montante RWA, prevista no item (a) acima.

A ocorrência de qualquer um dos eventos descritos nos itens (a) a (d) acima bem como no parágrafo acima não deverá ser considerada um evento de inadimplemento ou outro fator que gere a antecipação do vencimento de quaisquer obrigações do Emitente, conforme previsto abaixo:

Extinção: As Notas Subordinadas de Nível 1 serão extintas, permanentemente e em valor no mínimo correspondente ao saldo computado no Capital Nível 1, mediante a ocorrência dos seguintes eventos, ou de outros eventos que vierem a ser determinados pelo Banco Central ou por qualquer Autoridade Governamental Brasileira competente (individualmente, um “Evento de Extinção de Nota Subordinada de Nível 1”):

(a) a divulgação pelo Emitente, na forma prevista pelo Banco Central, de que seu Capital Principal está em patamar inferior a 5,125% do montante RWA apurado de acordo com a Resolução 4.193;

(b) a assinatura de compromisso de aporte para o Emitente, de acordo com a exceção prevista no caput do Artigo 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

(c) a decretação, pelo Banco Central, de regime de administração especial temporária ou intervenção nos negócios do Emitente; ou

(d) a determinação, pelo Banco Central, de extinção das Notas Subordinadas de Nível 1 segundo critérios estabelecidos em regulamento específico editado pelo Conselho Monetário Nacional.

Os Eventos de Extinção de Nota Subordinada de Nível 1 mencionados acima não ocorrerão no caso de revisão ou republicação dos documentos usados pelo Emitente como a base para divulgação da proporção entre o Capital Principal e o montante RWA, prevista no item (a) acima.

A ocorrência de qualquer Evento de Extinção de Nota Subordinada de Nível 1, bem como a revisão ou republicação prevista no parágrafo acima, ou de outros eventos que vierem a ser determinados pelo Banco Central ou por qualquer Autoridade Governamental Brasileira competente, não será considerada como um evento de inadimplemento e não irá gerar a antecipação do vencimento de quaisquer obrigações do Emitente.

Se as Notas Subordinadas de Nível 1 forem extintas como resultado da ocorrência de um Evento de Extinção de Nota Subordinada de Nível 1, o Emitente deverá notificar os Detentores de Nota por escrito sobre a ocorrência desse Evento de Extinção de Nota Subordinada de Nível 1. Essa notificação deverá ser enviada aos Detentores de Notas (com cópia para o Agente Fiduciário) em até 14 Dias Úteis a contar da data de determinação pelo Banco Central desse Evento de Extinção de Nota Subordinada de Nível 1.

(xiii) De acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 17 da Resolução 4.192, a Escritura de Emissão e as Notas Subordinadas de Nível 1 deverão ser regidas e interpretadas de acordo com lei de regência e jurisdição específicas:

***Leis Aplicáveis:** A Escritura de Emissão, as Notas Subordinadas de Nível 1 e quaisquer obrigações não contratuais originadas ou relacionadas (inclusive o resumo dos Termos Definitivos estabelecido no item 5 deste Núcleo de Subordinação) são regidas e deverão ser interpretadas de acordo com as leis inglesas, ficando ressalvado que as disposições contidas neste Núcleo de Subordinação, impostas ao Emitente para que as Notas Subordinadas de Nível 1 se qualifiquem como Capital Nível 1 de acordo com a Resolução número 4.192, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis do Brasil.*

***Jurisdição:** Os tribunais da Inglaterra têm jurisdição para resolver quaisquer controvérsias oriundas ou relacionadas às Notas Subordinadas de Nível 1 ou da Escritura de Emissão (inclusive uma controvérsia em relação a quaisquer obrigações não contratuais oriundas ou relacionadas às Notas Subordinadas de Nível 1 ou da Escritura de Emissão) e, de forma correspondente, qualquer ação ou processo judicial decorrente ou a respeito das Notas Subordinadas de Nível 1 ou da Escritura de Emissão (“Processos”) poderá ser proposto nesses tribunais. O Emitente, na Escritura de Emissão, submeteu-se irrevogavelmente à jurisdição dos tribunais ingleses.*

2. Cláusula prevendo que, de acordo com o Artigo 14, II, da Resolução 4.192, qualquer disposição, quer seja na própria Escritura de Emissão, nas Notas Subordinadas de Nível 1 ou em outro documento complementar, na medida em que prejudiquem o cumprimento, ou entrem em conflito com as exigências estabelecidas no Artigo 17 da Resolução 4.192, é nula e inválida, conforme previsto abaixo:

***Conflitos:** No caso de conflito entre as disposições deste Núcleo de Subordinação e qualquer outra disposição prevista em qualquer Documento da Operação a respeito de qualquer Série de Notas Subordinadas de Nível 1, as disposições deste Núcleo de Subordinação prevalecerão, de acordo com o Artigo 14, II, da Resolução 4.192 e qualquer referida disposição em conflito será nula e inválida.*

3. Cláusula de cada documento complementar prevendo, de acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, a subordinação de cada documento a este Núcleo de Subordinação:

(i) Cláusula da Escritura de Emissão prevendo, de acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, a subordinação do referido documento a este Núcleo de Subordinação:

De acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, qualquer disposição desta Escritura de Emissão que entre em conflito com o Núcleo de Subordinação com relação a qualquer Série de Notas Subordinadas de Nível 1 será nula e inválida.

(ii) Cláusula das Notas Subordinadas de Nível 1 prevendo, de acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, a subordinação do referido documento a este Núcleo de Subordinação:

De acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, qualquer disposição desta Nota Subordinada de Nível 1 que entrar em conflito com o Núcleo de Subordinação a respeito de qualquer Série de Notas Subordinadas de Nível 1 será nula e inválida.

(iii) Cláusula do Contrato de Representação (Agency Agreement) prevendo, de acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, a subordinação do referido documento a este Núcleo de Subordinação:

De acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, qualquer disposição deste Contrato de Representação que entre em conflito com o Núcleo de Subordinação a respeito de qualquer Série de Notas Subordinadas de Nível 1 será nula e inválida.

(iv) Cláusula do Contrato de Distribuição (*Dealer Agreement*) prevendo, de acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, a subordinação do referido documento a este Núcleo de Subordinação:

De acordo com o Artigo 15 da Resolução 4.192, qualquer disposição deste Contrato de Distribuição que entre em conflito com o Núcleo de Subordinação a respeito de qualquer Série de Notas Subordinadas de Nível 1 será nula e inválida.

4. Cláusula prevendo que, de acordo com o Artigo 14, III e parágrafo único, da Resolução 4.192, qualquer aditamento, modificação ou revogação que afete as disposições deste Núcleo de Subordinação estará sujeita à autorização prévia do Banco Central, conforme previsto abaixo:

A assinatura de qualquer aditamento, modificação ou revogação de qualquer disposição deste Núcleo de Subordinação está sujeita ao consentimento prévio do Banco Central, se exigido de acordo com os regulamentos aplicáveis em vigor na época.

5. Resumo da operação, de acordo com o Artigo 14, IV, da Resolução 4.192:

(a) *natureza do aumento de capital:* fins societários gerais.

(b) *valor do acrescido:* US\$ 1.250.000.000,00

(c) *Vencimento:* caráter perpétuo.

(d) *valor nominal por unidade:* US\$ 200.000,00 e múltiplos integrais de US\$ 1.000,00 a partir de então.

(e) *taxa de juros:* (i) 6,125% ao ano, pagável semestralmente após o vencimento até o quinto aniversário da Data de Emissão. A partir de então, para cada Período de Juros correspondendo ao ou após o quinto aniversário da Data de Emissão, a taxa de juros será determinada por referência à Taxa de Recomposição do Índice de Referência mais o Spread de Crédito na Data de Recomposição do Índice de Referência relevante. A taxa de juros na Data de Emissão corresponde à soma (i) da taxa anual correspondente à margem semestral equivalente ao vencimento em 5 anos de Títulos de Tesouro dos EUA, equivalente a 2,144% ao ano, mais (ii) Spread de Crédito.

(f) *valor de juros fixos:* US\$ 30,625 por Nota Subordinada de Nível 1 de denominação específica de US\$ 1.000,00 até o quinto aniversário da Data de Emissão. A partir de então, conforme determinado na Data de Recomposição do Índice de Referência relevante.

(g) *estrutura do fluxo de desembolsos relacionados aos pagamentos de juros:* os juros serão pagos semestralmente, em 12 de junho e 12 de dezembro, com início em 12 de junho de 2018.

6. Definições:

Para os fins deste instrumento, aos termos e expressões grafados com as iniciais em maiúscula usados neste instrumento e não definidos de outro modo serão atribuídos os seguintes significados:

Para os fins deste Núcleo de Subordinação:

“**Adicional de Capital Principal**” significa o adicional de capital principal exigido de acordo com a Resolução 4.193.

“**Capital Complementar**” significa o capital complementar ou qualquer capital adicional, determinado de acordo com o Artigo 6º da Resolução 4.192, autorizado ou que se tornará autorizado pelo Banco Central a ser elegível como Capital Complementar do Patrimônio de Referência.

“**Afiliada**” significa qualquer sociedade relacionada ao Emitente dentro do mesmo conglomerado financeiro ou qualquer entidade não financeira controlada pelo Emitente.

“**Contrato de Representação**” significa o contrato de representação datado de 29 de março de 2010 entre o Emitente, o Agente Fiduciário, e os agentes, conforme complementado pelo contrato de representação complementar de 4 de agosto de 2016 e respectivas alterações e/ou complementos posteriores feitos de tempos em tempos.

“**Taxa de Recomposição do Índice de Referência**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Lei Brasileira de Sociedades por Ações**” significa a Lei Federal Brasileira nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores de tempos em tempos.

“**Autoridade Governamental Brasileira**” significa, conforme aplicável, o governo do Brasil, ou qualquer respectiva subdivisão política, quer seja federal, estadual ou municipal, e qualquer agência, autoridade, repartição, órgão regulamentar, tribunal, banco central ou outra pessoa que exerça poderes executivos, legislativos, judiciais, fiscais, regulamentares ou administrativos ou funções de ou relacionadas ao governo sobre o Emitente.

“**Convenção de Dia Útil**”, em relação a qualquer data específica, tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Banco Central**” significa o Banco Central do Brasil ou qualquer Autoridade Governamental Brasileira que substitua o Banco Central do Brasil em suas atuais funções aplicáveis a este Núcleo de Subordinação.

“**Capital Principal**” significa o *capital principal* ou qualquer capital determinado de acordo com o Artigo 4º e seguintes da Resolução 4.192 e incluído como parte do Capital Nível 1 do Patrimônio de Referência.

“**Spread de Crédito**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Contrato de Distribuição**” significa o contrato de distribuição alterado e consolidado de 4 de agosto de 2016 entre o Emitente, o Itaú BBA International plc, a Goldman, a Sachs and Co. e a Morgan Stanley & Co LLC. e inclui qualquer contrato pelo qual quaisquer distribuidores adicionais aderirem a esse contrato de distribuição, e as respectivas alterações e/ou complementos adicionais feitos de tempos em tempos.

“**Data de Determinação**” significa a data especificada dessa forma nos Termos Definitivos relevantes ou, se nenhuma for especificada dessa forma, a Data de Pagamento de Juros.

“**Valor de Resgate Antecipado**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Bolsa de Valores**” significa qualquer bolsa de valores na qual as Notas Subordinadas de Nível 1 relevantes possam ser listadas.

“**Termos Definitivos**” significa os termos definitivos emitidos com relação a uma Tranche de Notas Subordinadas de Nível 1, especificando as informações da respectiva emissão e que inclua o Núcleo de Subordinação como um anexo.

“**Taxa Flutuante**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Data de Início de Juros**” significa, no caso da primeira emissão de uma Nota Subordinada de Nível 1 ou de Notas Subordinadas de Nível 1 de uma Série, a Data de Emissão ou outra data que vier a ser especificada como a Data de Início de Juros nos Termos Definitivos relevantes.

“**Data de Pagamento de Juros**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Período de Juros**” significa o período com início na (inclusive) Data de Início de Juros até (excluindo) a primeira Data de Pagamento de Juros Específica e cada período sucessivo com início na (inclusive) Data de Pagamento de Juros Específica até (excluindo) a Data de Pagamento de Juros Específica imediatamente seguinte.

“**Data de Emissão**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Emitente**” significa o Itaú Unibanco Holding S.A. ou qualquer respectivo sucessor, agindo por meio de sua matriz ou por meio de sua agência em Grand Cayman.

“**Detentor de Nota**” significa a pessoa em cujo nome uma Nota Subordinada de Nível 1 estiver registrada.

“**Parecer Jurídico**” significa um parecer jurídico por escrito de qualquer pessoa, que poderá incluir, entre outros, o advogado do Emitente, quer esse advogado seja ou não empregado do Emitente, em todos os casos em forma e teor razoavelmente aceitáveis ao Agente Fiduciário.

“**Valor de Resgate Opcional**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Data de Resgate Opcional**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Nível de Retenção Original**” tem o significado atribuído nos Termos Definitivos relevantes.

“**Inadimplemento Financeiro**” significa qualquer omissão pelo Emitente em (i) pagar ou provisionar para pagamento o valor devido para liquidar o pagamento sobre as Notas Subordinadas de Nível 1 no vencimento e pagável de acordo com os Termos e Condições, quer seja em uma Data de Resgate ou de outro modo, e essa omissão perdurar por um período de 14 dias, ou (ii) pagar o Valor de Resgate Antecipado ou o Valor de Resgate Opcional.

“**Data de Resgate**” significa uma data de resgate especificada pelo Emitente em sua notificação de resgate entregue de acordo com os Termos e Condições das Notas Subordinadas de Nível 1.

“**Patrimônio de Referência**” significa o patrimônio de referência ou a soma do Capital Nível 1 e do Capital Nível 2, conforme determinado de acordo com a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução 4.192 e quaisquer outros regulamentos aplicáveis.

“**Centro Financeiro Relevante**” significa o principal centro financeiro para a moeda correspondente (que, no caso do Euro, deverá ser a Europa).

“**Resolução 4.192**” significa a Resolução 4.192, de 1º de março de 2013, emitida pelo Conselho Monetário Nacional, e alterações, modificações, complementos ou substituições posteriores de tempos em tempos.

“**Resolução 4.193**” significa a Resolução 4.193, de 1º de março de 2013, emitida pelo Conselho Monetário Nacional, e alterações, modificações, complementos ou substituições posteriores de tempos em tempos.

“**RWA**” significa os ativos ponderados pelo risco.

“**Obrigações Sênior ao Nível 1**” significa todas as obrigações do Emitente, exceto as Obrigações de Paridade Nível 1 e os itens que constituiriam o Capital Principal na dissolução do Emitente.

“**Série**” significa as Notas Subordinadas do Emitente emitidas de acordo com a Resolução 4.192 que tiverem termos e condições idênticos, exceto com relação à Data de Emissão, à data na qual os juros começarem a ser acumulados e a questões relacionadas.

“**Denominação Específica**” significa a denominação mínima especificada nos Termos Definitivos relevantes ou os respectivos múltiplos integrais.

“**Data de Pagamento de Juros Específica**” significa cada data correspondente ao último dia do Período de Juros especificado nos Termos Definitivos relevantes após a Data de Pagamento de Juros Específica anterior ou, no caso da primeira Data de Pagamento de Juros Específica, após a Data de Início de Juros ou conforme especificado de outro modo como tal na Nota Subordinada relevante, em cada caso com os ajustes pela Convenção de Dia Útil especificada nos Termos Definitivos relevantes.

“**Núcleo de Subordinação**” significa este núcleo de subordinação preparado de acordo com a Resolução 4.192.

“**Sociedade Sucessora**” significa a sociedade constituída por fusão ou pela qual o Emitente for incorporado ou a pessoa que adquirir por transmissão ou transferência (inclusive em decorrência de uma cisão) todos ou substancialmente todos os bens e ativos do Emitente.

“**Termos e Condições**” significa os termos e condições das Notas Subordinadas de Nível 1 e as respectivas alterações e complementos pelos Termos Definitivos relevantes referentes a uma Série de Notas Subordinadas de Nível 1.

“**Capital Nível 1**” significa qualquer capital do Emitente ou de qualquer uma de suas Afiliadas que tiver sido ou vier a ser autorizado pelo Banco Central como Capital Nível 1 e que seja parte do Patrimônio de Referência, conforme previsto na Resolução 4.192.

“**Obrigações de Paridade Nível 1**” significa, a respeito do Emitente, quaisquer títulos ou obrigações que tiverem sido ou vierem a ser consideradas parte do Capital Complementar do Emitente nos termos e determinado de acordo com a Resolução 4.192.

“**Evento Regulatório de Nível 1**” significa, subsequentemente ao momento em que as Notas Subordinadas de Nível 1 se qualificarem inicialmente como Capital Nível 1, o Banco Central ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira competente entregar uma notificação por escrito ou promulgar uma lei ou regulamento determinando que as Notas Subordinadas de Nível 1 não serão mais incluídas no Capital Nível 1 consolidado do Emitente ou serão incluídos nesse Capital Nível 1 consolidado em uma proporção menor do que o previsto pelo regulamento em vigor na época da emissão das Notas Subordinadas de Nível 1.

“**Notas Subordinadas de Nível 1**” significa as notas emitidas pelo Emitente de acordo com os Termos Definitivos e a Resolução 4.192.

“**Evento de Extinção de Nota Subordinada de Nível 1**” significa cada evento que resulte na extinção das Notas Subordinadas de Nível 1, inclusive (a) a divulgação pelo Emitente, da forma prevista pelo Banco Central, que seu Capital Principal está em patamar inferior a 5,125% do montante RWA determinado de acordo com a Resolução 4.193; (b) a assinatura de compromisso de aporte para o Emitente, caso se configure a exceção prevista no caput do Artigo 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; (c) a decretação, pelo Banco Central, de regime de administração especial temporária ou intervenção nos negócios do Emitente; ou (d) a determinação, pelo Banco Central, da extinção das Notas Subordinadas de Nível 1 com base em critérios estabelecidos em regulamento específico pelo Conselho Monetário Nacional.

“**Capital Nível 2**” significa qualquer capital do Emitente ou de qualquer uma de suas Afiliadas que tiver sido ou vier a ser autorizado pelo Banco Central como Capital Nível 2 e que fizer parte do Patrimônio de Referência do Emitente, conforme previsto na Resolução 4.192.

“**Tranche**” significa, em relação a uma Série, as Notas Subordinadas de Nível 1 dessa Série que tiverem a mesma Data de Emissão.

“**Documentos da Operação**” significa a Escritura de Emissão, o Contrato de Representação, o Contrato de Distribuição e os Termos Definitivos relevantes.

“**Agente Fiduciário**” significa qualquer pessoa que figure como agente fiduciário na Escritura de Emissão.

“**Escritura de Emissão**” significa a escritura de emissão alterada e consolidada datada de 17 de março de 2011 entre o Emitente e o Agente Fiduciário. e os respectivos complementos pela escritura de emissão complementar de 4 de agosto de 2016. e as respectivas alterações e/ou complementos adicionais posteriores de tempos em tempos.